

O retrato das candidaturas de 2026

Análise descritiva de 20.858 candidaturas registradas no TSE, cruzadas com prestação de contas, patrimônio declarado, atividade legislativa e execução de emendas parlamentares.

20.858

candidaturas

20.781

pessoas

27

estados + DF

30

partidos

O que este documento é. Um levantamento descritivo. Ele registra o que foi declarado às fontes oficiais e mostra a distribuição desses números. Não avalia candidatos, não os ordena por mérito e não atribui a nenhum deles o efeito de indicador algum.

O que ele não é. Uma previsão eleitoral, uma apuração de irregularidade ou um ranking. Onde um número chama atenção, o documento diz o que a fonte publica e o que seria necessário para concluir qualquer coisa além disso.

Extraído em 06/09/2026 · Fontes: TSE (Divulgação de Candidaturas e Prestação de Contas), Portal da Transparência (CGU), Câmara dos Deputados, Senado Federal

Índice

Este documento tem 16 seções. As três primeiras descrevem **quem** se candidata; da quarta à oitava, **quanto** — dinheiro de campanha, patrimônio e emendas; a nona e a décima, **o que a pessoa fez**; as últimas, os partidos, o método, os limites das fontes e as fontes.

1 Quem se candidata

Distribuição por cargo e por estado, e o que 16 candidatos por vaga significam para quem vota.

2 O perfil declarado

Gênero, cor e raça, idade, escolaridade e ocupação — e onde a cota de 30% funciona como piso e como teto.

3 Renovação e reincidência

Quantos estreiam, quantos voltam, e as seis pessoas que disputam a nona eleição desde 1998.

4 O dinheiro de campanha

De onde vem: 93,1% do partido. Quanto é: média e mediana por cargo. E o que a prestação parcial não permite concluir.

5 O patrimônio declarado

Composição por natureza do bem, escala de concentração, e a diferença entre média e mediana explicada em número.

6 Duas declarações que não fecham

As candidaturas acima de R\$ 1 bilhão, o que a fonte sustenta e o que seria preciso para concluir algo além disso.

7 Emendas parlamentares

O que os autores identificados moveram desde 2015, o salto de 2023 e para onde o dinheiro vai — 69% para Saúde.

8 A emenda que não diz para quê

A transferência especial sai de 6,6% para 33,7% das emendas individuais. E os 17% que a fonte não atribui a ninguém.

9 O Senado, que esta eleição renova em dois terços

Duas cadeiras por estado, o cargo menos diverso da eleição e 672 candidaturas em que ninguém vota.

10 O que os parlamentares em exercício produzem

Proposições por natureza — que não podem ser somadas — e assentos em comissão.

11 As trocas de cargo durante o registro

Pessoas com duas candidaturas no pacote do TSE, e por que isso não é contradição nem erro.

12 Partidos e federações

Tamanho das listas, o peso das federações e a única legenda do país com maioria feminina.

13 Situação do registro

Onde cada pedido está no rito, e por que 21% ainda aguardam.

14 Método, limites e o que não está aqui

Média ou mediana, cinco limites que mudam a leitura, e o que este levantamento deliberadamente não faz.

15 O que as fontes oficiais não entregam

Vinte e três incongruências encontradas nas fontes ao longo do projeto — o que falta, o que engana, e o que se faz com isso.

16 Fontes

Cada número, sua origem exata, e como refazer a conta.

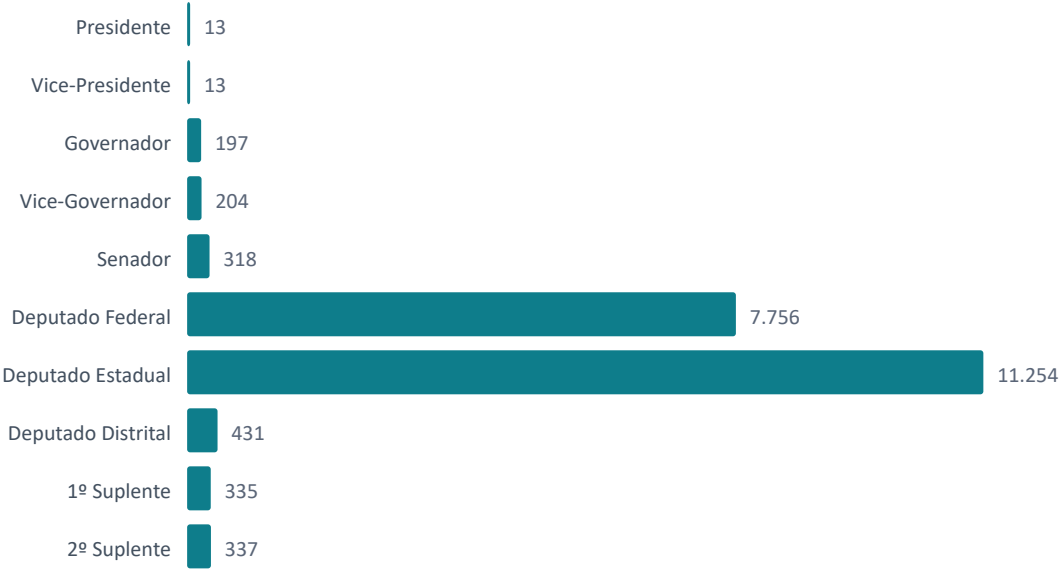
Como ler os números de dinheiro. Onde há valores monetários, este relatório mostra **média e mediana lado a lado**, e ao lado delas a fração de candidatos que fica acima da média. Quando as duas discordam muito, a discordância é a informação — e a seção 13 explica por quê.

Nenhuma seção ordena candidatos por mérito, por patrimônio ou por dinheiro. Onde um nome aparece, ele aparece porque um número específico exigia explicação.

1 · Quem se candidata

São 20.858 candidaturas para dez tipos de cargo. A distribuição é fortemente assimétrica: **91% das candidaturas disputam as duas casas legislativas ordinárias** — deputado federal e estadual — enquanto os cargos executivos e o Senado somam menos de 4%.

Candidaturas por cargo

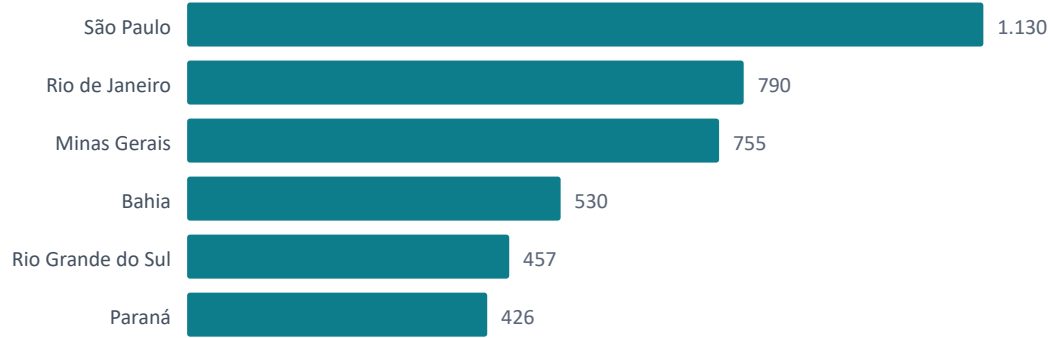


A leitura importante aqui não é o tamanho da barra do deputado estadual, e sim o que ela implica para quem vota: **o eleitor escolhe um nome entre 11.254 para deputado estadual e 7.756 para federal**, contra 13 para presidente. É onde a decisão é mais difícil e onde a informação por candidato é mais escassa.

A competição não é distribuída por igual

Concentrando só em deputado federal, seis estados respondem por metade das candidaturas do país.

Candidatos a deputado federal, por estado

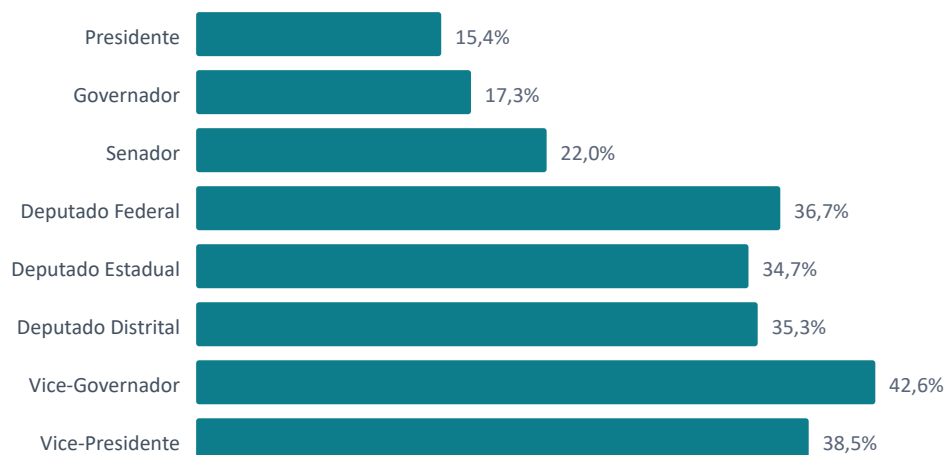


São Paulo elege 70 deputados federais. Com 1.130 candidatos, são **16 nomes por vaga** — e é nessa lista que o eleitor precisa reconhecer um.

2 · O perfil declarado

Gênero: quanto mais alto o cargo, menos mulheres — com uma exceção

% de mulheres entre as candidaturas, por cargo

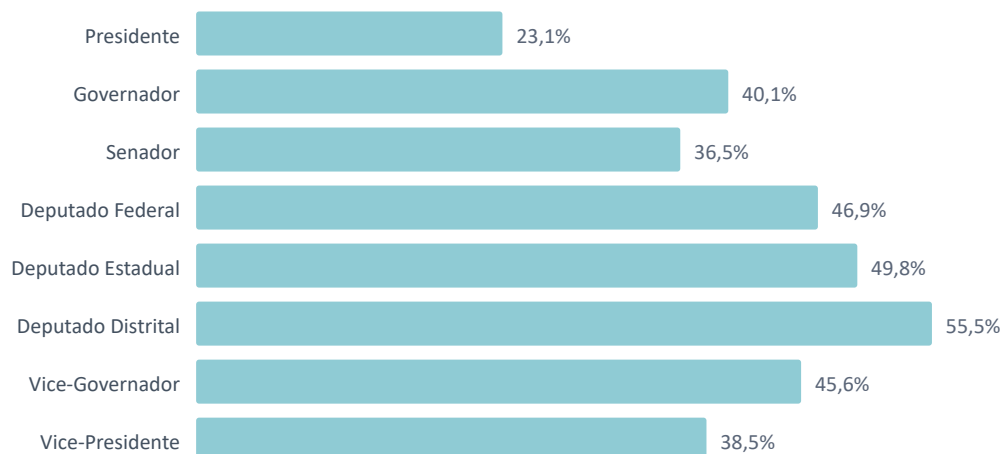


A lei exige 30% de cada gênero nas listas proporcionais, e é exatamente onde os números se acomodam: 36,7% e 34,7%. Nos cargos majoritários, onde **não há cota**, a proporção cai para 17,3% entre governadores e 15,4% entre presidentáveis.

A exceção inverte o padrão. Vice-governador tem **42,6%** de mulheres e vice-presidente **38,5%** — mais que qualquer cargo proporcional. O segundo nome da chapa é escolhido por composição, não por disputa, e é ali que a presença feminina aparece.

Cor e raça

% de candidaturas de pessoas pretas ou pardas, por cargo



O gradiente é o mesmo do gênero e na mesma direção: 49,8% entre deputados estaduais contra 23,1% entre presidentáveis. Para referência, o Censo 2022 do IBGE aponta 55,5% da população brasileira como preta ou parda — patamar que só o Distrito Federal alcança, e apenas na disputa distrital.

Idade

Idade mediana na posse, por cargo

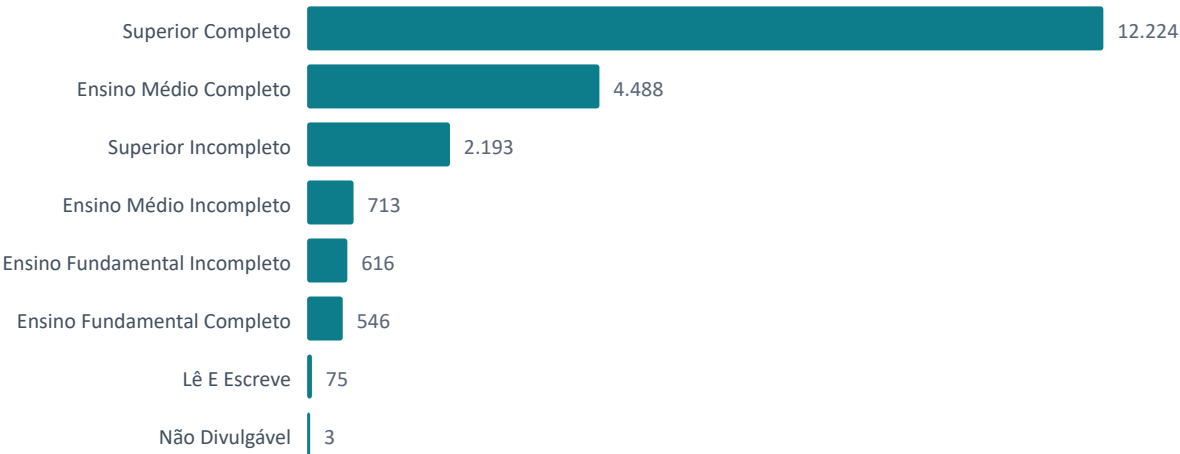


A mediana varia pouco — de 49 a 57 anos. O que varia é a amplitude: entre os proporcionais há candidatos de **20 a 93 anos**.

Quatro pessoas de **93 anos** disputam 2026: Almir Rangel (dep. estadual/RJ), Luiza Erundina (dep. estadual/SP), Marlene Soccas (senadora/SC) e Jorge Coutinho (dep. estadual/RJ). No outro extremo, três candidatas de **20 anos**, a idade mínima legal para deputado.

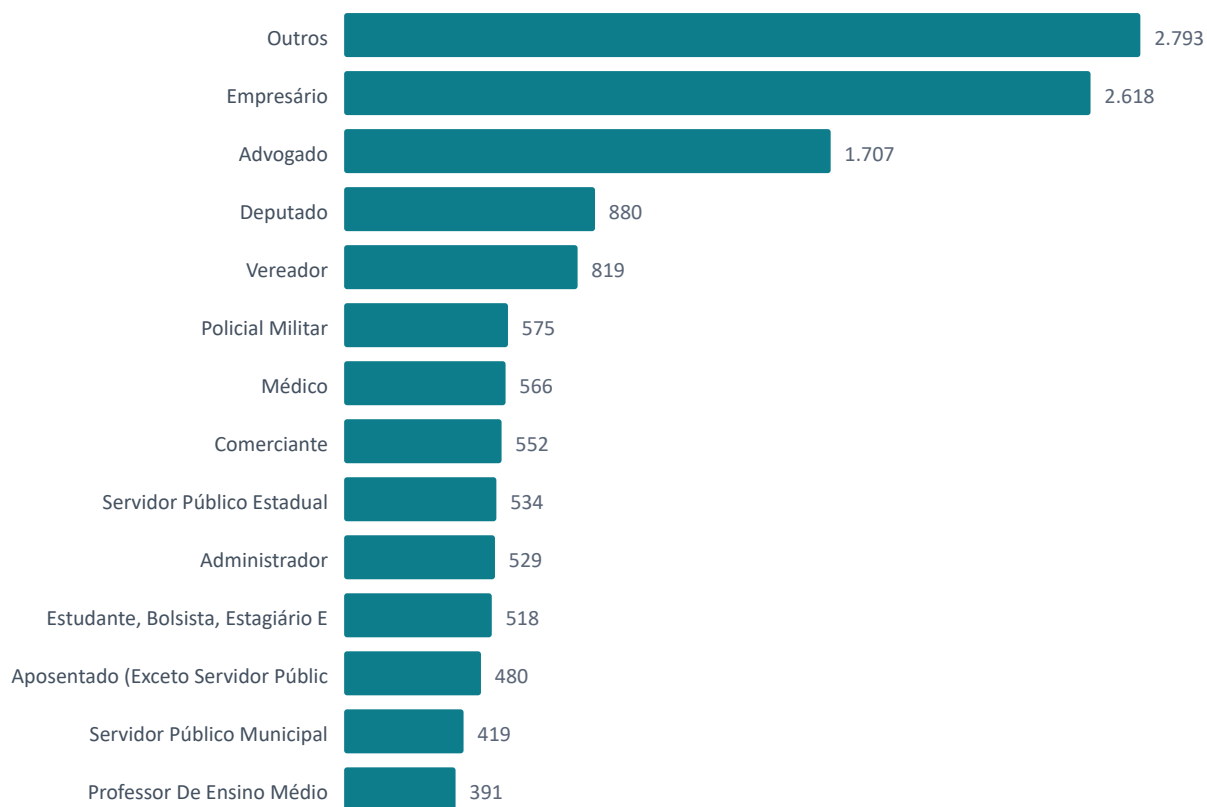
Escolaridade e ocupação

Grau de instrução declarado



58,6% declaram superior completo — muito acima da população adulta brasileira, na casa de 20%. No outro extremo, **1.237 candidaturas (5,9%)** declaram ensino fundamental ou menos — e outras 713, ensino médio incompleto.

Ocupações mais declaradas

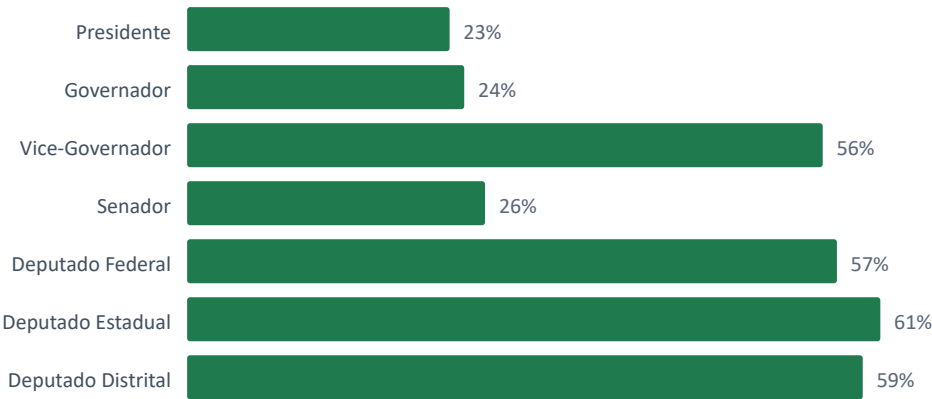


"Empresário" e "advogado" lideram entre as ocupações identificáveis. Somadas, **deputado e vereador** aparecem em 1.699 candidaturas — a política declarada como profissão de origem.

3 · Renovação e reincidência

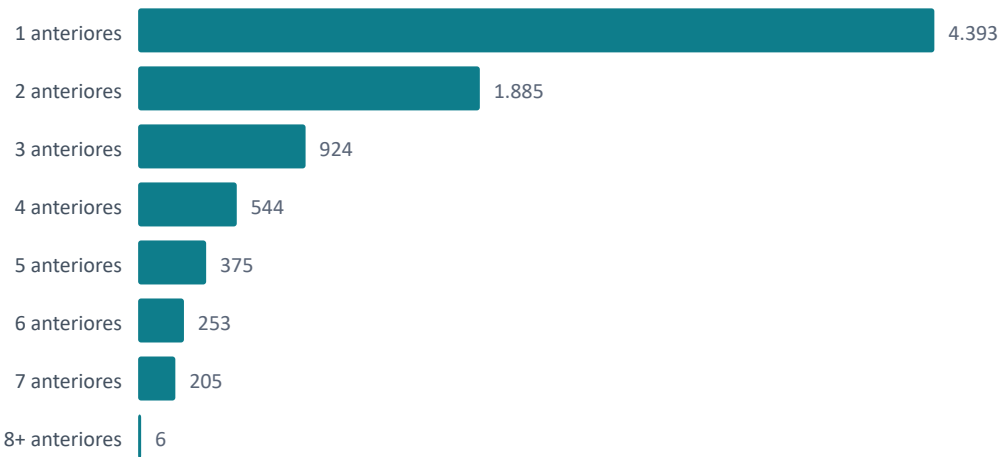
Uma candidatura é **estreante** quando a pessoa não aparece em nenhuma eleição desde 1998 — o alcance da série do TSE neste projeto.

% de estreantes, por cargo



Seis em cada dez candidatos a deputado estadual nunca disputaram antes. Nos cargos majoritários a proporção se inverte: **três em cada quatro candidatos a governador já disputaram alguma eleição**.

Quantas eleições anteriores tem quem já disputou



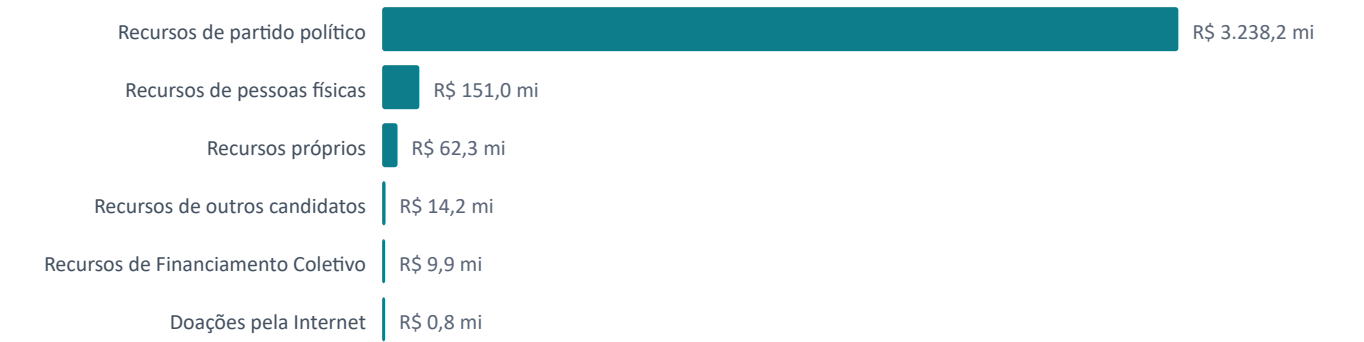
Seis pessoas disputam sua nona eleição desde 1998 — Milton Vieira (SP), Luiz Castro (AM), Lidice da Mata (BA), Isaura Lemos (GO), Bosco Saraiva (AM) e Professor Sinésio (AM). Entre elas, Professor Sinésio foi eleito em 7 das 8 disputas anteriores; Zé da Estrada (SP), com 7 tentativas, não foi eleito em nenhuma.

A leitura honesta desse contraste: o dado mostra **persistência**, não competência. Vitórias anteriores dependem de partido, momento e unidade eleitoral, e nada aqui autoriza ordenar candidatos por esse número.

4 · O dinheiro de campanha

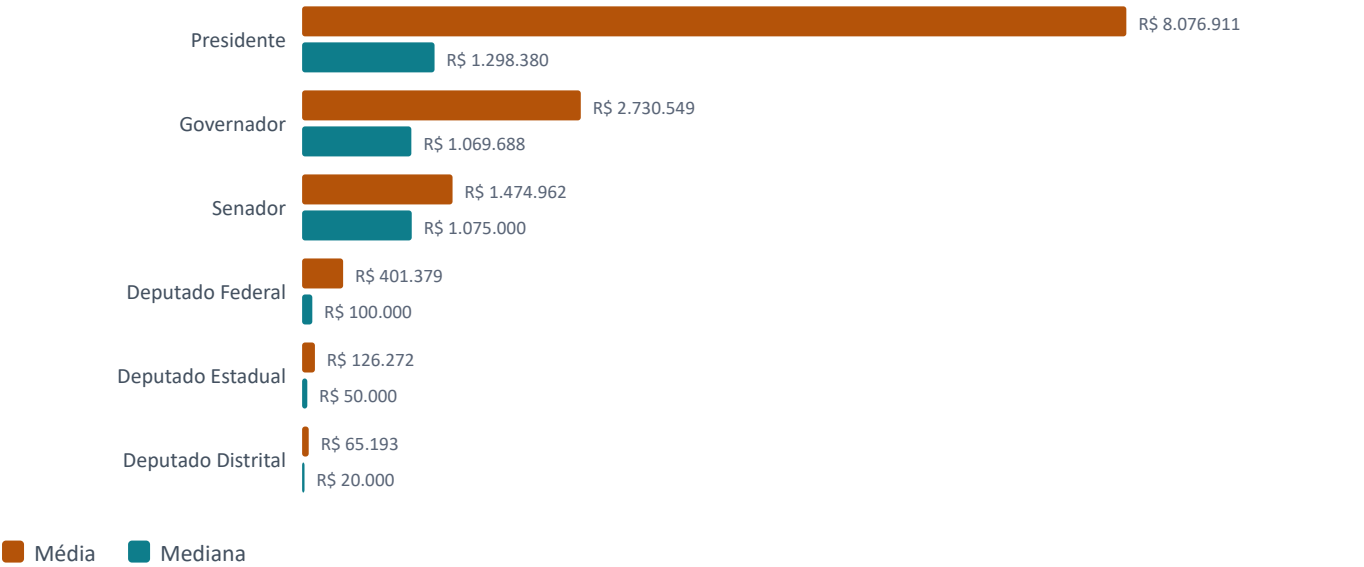
93,1% de todo o dinheiro declarado até aqui vem do partido. São R\$ 3,24 bi de R\$ 3,48 bi. Doação de pessoa física — o modelo que a reforma de 2015 pretendia estimular ao proibir doação empresarial — responde por 4,3%.

Receita declarada por origem



Isso reposiciona a pergunta de sempre. Quando o financiamento é majoritariamente público e intermediado pela direção partidária, **quem decide o rateio decide a viabilidade da candidatura** — e esse critério não é publicado por nenhum partido.

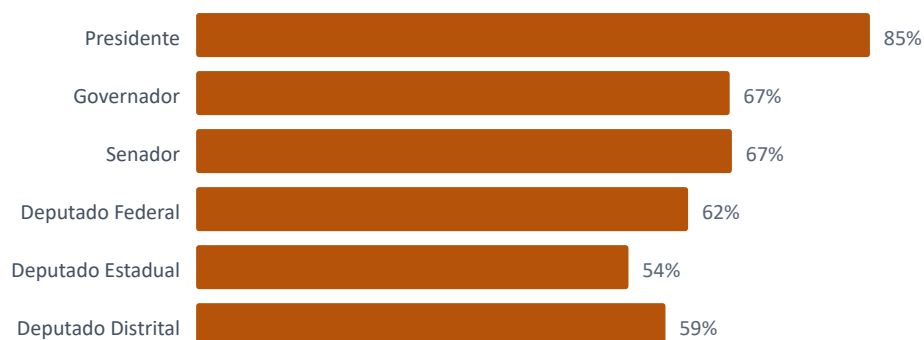
Receita declarada por cargo: média e mediana



CARGO	MÉDIA	MEDIANA	MÉDIA ÷ MEDIANA	% ACIMA DA MÉDIA
Presidente	R\$ 8.076.911	R\$ 1.298.380	6,2×	18,2%
Governador	R\$ 2.730.549	R\$ 1.069.688	2,6×	37,9%
Senador	R\$ 1.474.962	R\$ 1.075.000	1,4×	45,3%
Deputado Federal	R\$ 401.379	R\$ 100.000	4,0×	27,3%
Deputado Estadual	R\$ 126.272	R\$ 50.000	2,5×	29,2%
Deputado Distrital	R\$ 65.193	R\$ 20.000	3,3×	24,8%

A mediana de um candidato a deputado federal é **R\$ 100 mil**; a média, R\$ 401 mil — quatro vezes mais, e apenas 27,3% dos candidatos chegam lá. No Senado as duas quase coincidem (1,4×), porque o teto legal de gastos comprime a distribuição por cima.

% das candidaturas com prestação de contas já entregue

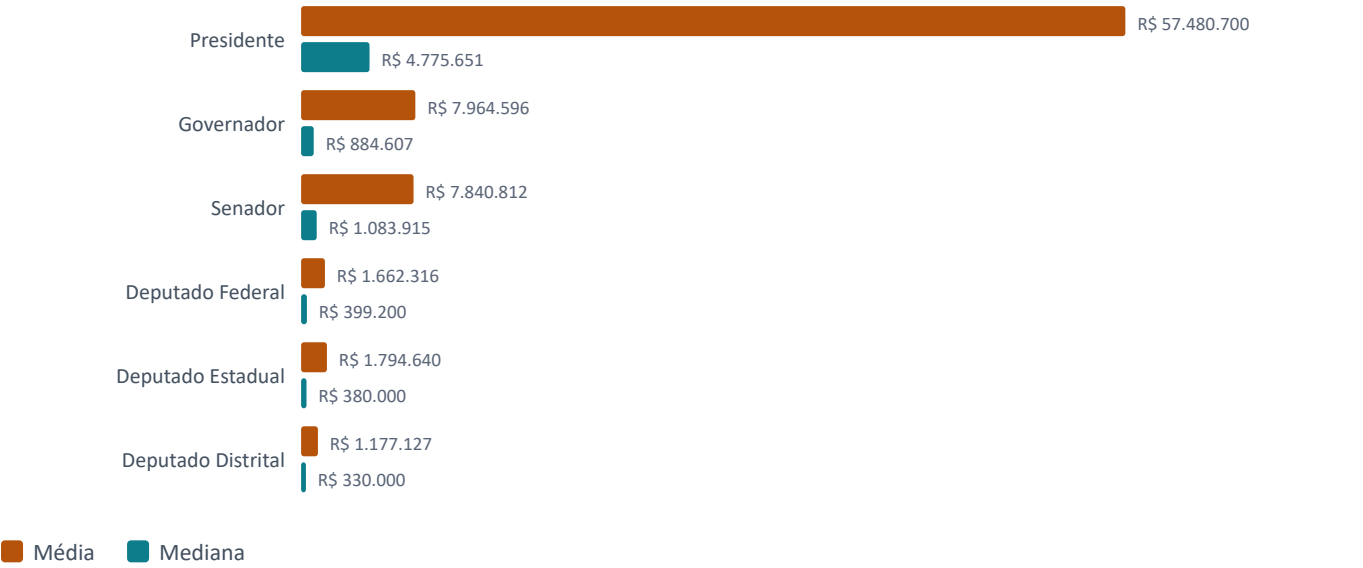


Este gráfico mede prazo, não omissão. A prestação de contas final vai até depois do pleito, e quatro em cada dez candidaturas ainda não constam. Nenhuma conclusão sobre um candidato específico pode ser tirada da ausência dele aqui.

5 · O patrimônio declarado

13.832 das 20.858 candidaturas declararam algum bem — **66%**. As demais declararam nenhum, o que a lei permite.

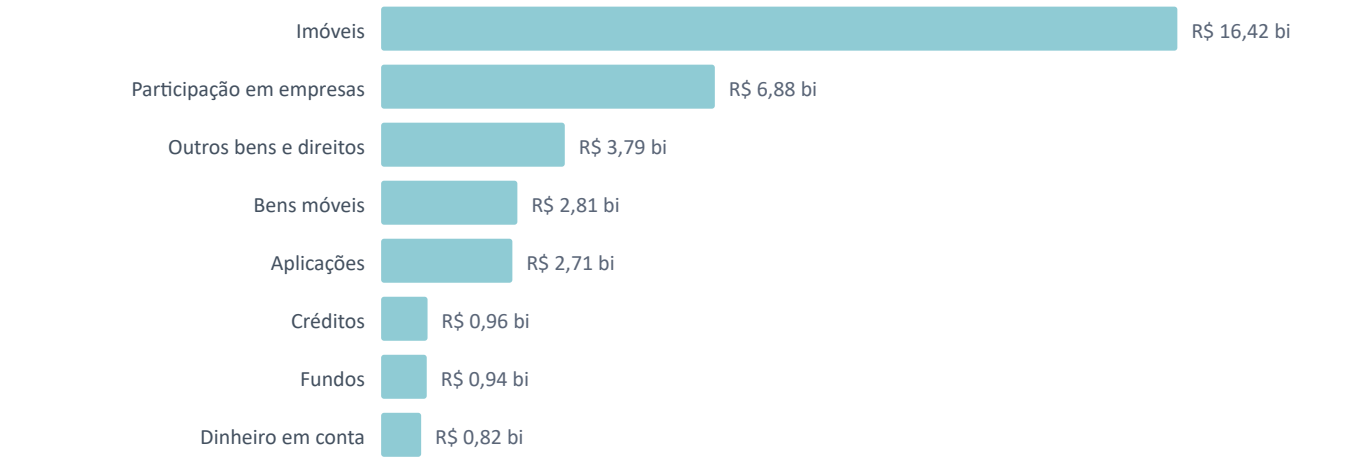
Patrimônio declarado por cargo: média e mediana



CARGO	MÉDIA	MEDIANA	MÉDIA ÷ MEDIANA	% ACIMA DA MÉDIA
Presidente	R\$ 57.480.700	R\$ 4.775.651	12,0×	25,0%
Governador	R\$ 7.964.596	R\$ 884.607	9,0×	9,3%
Senador	R\$ 7.840.812	R\$ 1.083.915	7,2×	12,5%
Deputado Federal	R\$ 1.662.316	R\$ 399.200	4,2×	17,6%
Deputado Estadual	R\$ 1.794.640	R\$ 380.000	4,7×	14,8%
Deputado Distrital	R\$ 1.177.127	R\$ 330.000	3,6×	22,7%

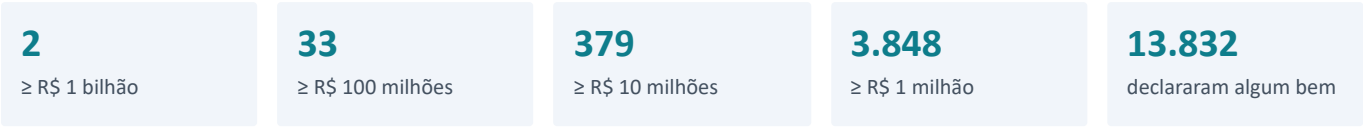
Olhe a última coluna. Entre os candidatos a governador, a média é R\$ 7,96 milhões — e **só 9,3% deles chegam a esse valor**. Os outros 90,7% declaram menos. Uma média que descreve 9% do grupo não está resumindo o grupo; está descrevendo os poucos que a puxam. A mediana diz o que é verdade por definição: metade declara menos de R\$ 884 mil, metade declara mais.

Composição do patrimônio declarado, por natureza



Imóveis concentram a maior parte, seguidos de participação em empresas. A ordem muda conforme o cargo, mas a predominância imobiliária é estável.

A escala é extremamente concentrada



Trinta e uma candidaturas declaram patrimônio de nove dígitos. Elas são **0,15% do total** e concentram parcela desproporcional do valor agregado.

6 · Duas declarações que não fecham

Ao ordenar as candidaturas por patrimônio declarado, **2** se descolam de todas as outras por uma ordem de grandeza. Juntas somam R\$ 4,87 bi, mais que as 31 declarações seguintes — as que passam de R\$ 100 milhões — somadas.

JORGE MADEIRA		
1º Suplente · TO · PODE · Aguardando Julgamento		
BEM DECLARADO	ITENS	VALOR
Casa	2	R\$ 3.640.000.000,00
Quotas ou quinhões de capital	2	R\$ 3.833.000,00
Veículo automotor terrestre: caminhão, automóvel, moto, etc.	4	R\$ 1.100.000,00
Apartamento	1	R\$ 825.762,86
Outras participações societárias	3	R\$ 686.690,00
Terreno	1	R\$ 500.000,00
Total	15	R\$ 3.647.405.604,49

DRA. GEORGIA MICHELETTI		
Deputado Estadual · AC · PSDB · Deferido		
BEM DECLARADO	ITENS	VALOR
Casa	1	R\$ 1.109.124.020,00
OUTROS BENS E DIREITOS	1	R\$ 117.409.340,00
Veículo automotor terrestre: caminhão, automóvel, moto, etc.	2	R\$ 450.000,00
Total	4	R\$ 1.226.983.360,00

O que a fonte diz. Os dois valores estão publicados assim no pacote de dados abertos do TSE e, conferidos item a item contra o DivulgaCandContas — outro sistema do TSE, com outro formato e outra rota —, batem ao centavo. Não é erro de leitura deste projeto.

O que chama atenção, e nenhuma linha abaixo é acusação.

- No primeiro caso, o patrimônio está concentrado em **casa**: um único item de **R\$ 3.000.000.000,00**. O valor é **redondo até a última casa** — algo que patrimônio avaliado raramente é, e que registro digitado frequentemente é.
- No segundo, um único imóvel residencial de **R\$ 1.109.124.020,00** seria, com folga, o mais caro já registrado no estado — cujo PIB anual inteiro é da ordem de R\$ 20 bilhões.
- A segunda declarante **já concorreu antes**, e naquela ocasião declarou R\$ 3.650.000,00. A diferença entre as duas declarações é de **336 vezes**. O primeiro declarante **não tem candidatura anterior** no acervo do TSE: não há declaração com que comparar, e é por isso que a leitura abaixo vale para um e não para o outro.

O primeiro caso não tem ficha no site. É candidatura a suplente de senador, e suplente não recebe ficha — quem concorre a suplente não disputa cargo próprio. A declaração entra nas contagens deste relatório porque ela existe e é pública; a ausência da ficha é

decisão de escopo do site, não omissão da fonte.

Para o segundo caso, a hipótese mais econômica é erro de digitação. Um valor de R\$ 1.109.124,02 informado sem o separador decimal vira exatamente R\$ 1.109.124.020 — três casas a mais —, o que é consistente com a ordem de grandeza da declaração anterior. Mas é **hipótese**: nem o TSE nem este projeto têm como confirmá-la, e a única fonte que poderia é a própria declarante. Para o primeiro caso não há sequer hipótese: sem declaração anterior, não existe âncora, e o relatório para aqui.

Por que isso está no relatório. Não para sugerir irregularidade: declaração com valor implausível não é crime nem indício dele, e nada aqui afirma que houve erro — apenas que os números não se sustentam como descrição do mundo.

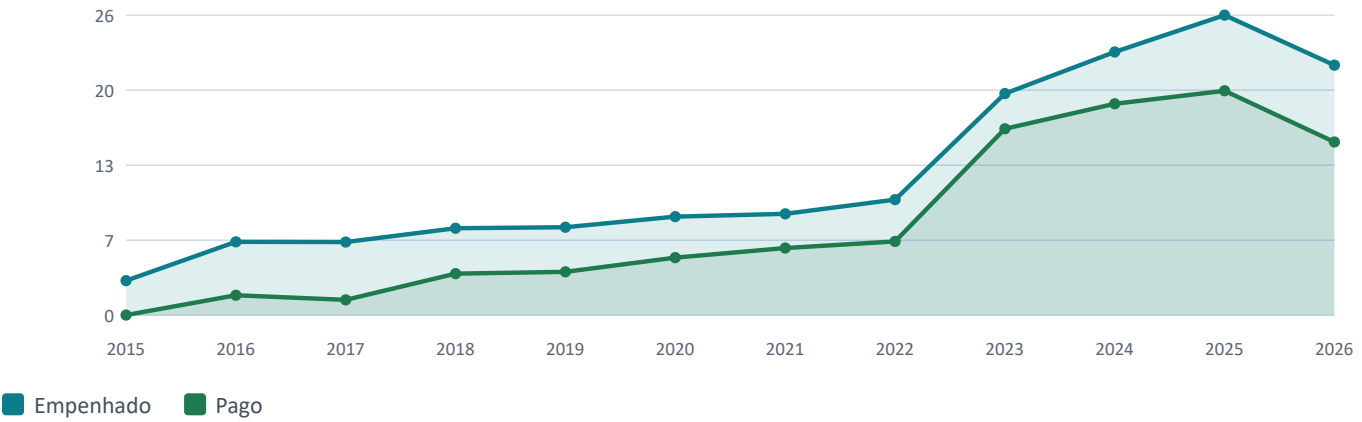
Está aqui por uma razão prática. **Uma linha em 7.257 move a média do cargo em 10,4%:** a média dos candidatos a deputado estadual é R\$ 1.794.640 com ela e R\$ 1.625.789 sem ela. A mediana não se mexe: fica em R\$ 380.000 nos dois casos.

É o motivo de este relatório mostrar **as duas medidas lado a lado** em vez de escolher uma. Quem lê tem direito de ver o número que conhece — e de ver, ao lado, o que ele esconde.

7 • Emendas parlamentares

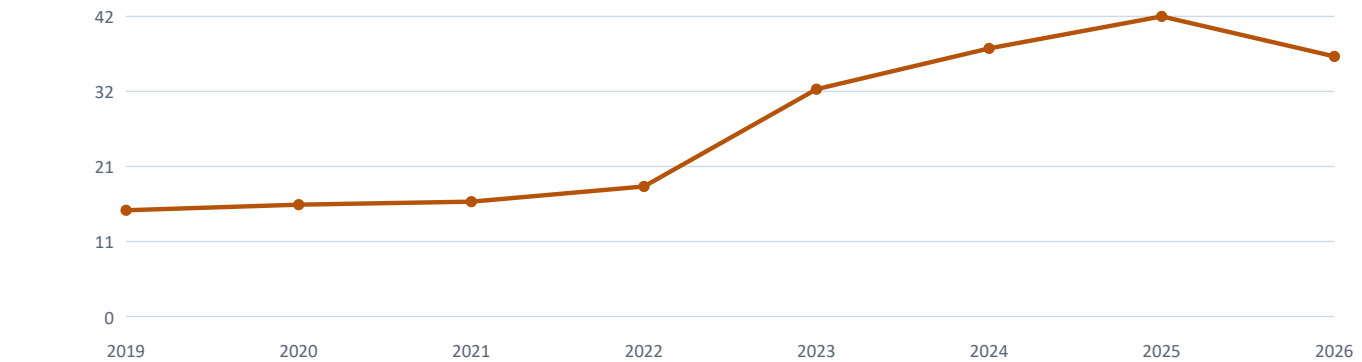
São 94.482 registros de emendas de 2014 a 2026, com valor acumulado de empenho e pagamento, publicados pelo Portal da Transparência.

Emendas por ano da emenda, em R\$ bilhões



O volume empenhado dobra entre 2022 e 2023 — de R\$ 10,09 bi para R\$ 19,37 bi — e segue subindo até R\$ 26,21 bi em 2025. Não é efeito de mais parlamentares: são 559 em 2022 e 563 em 2023.

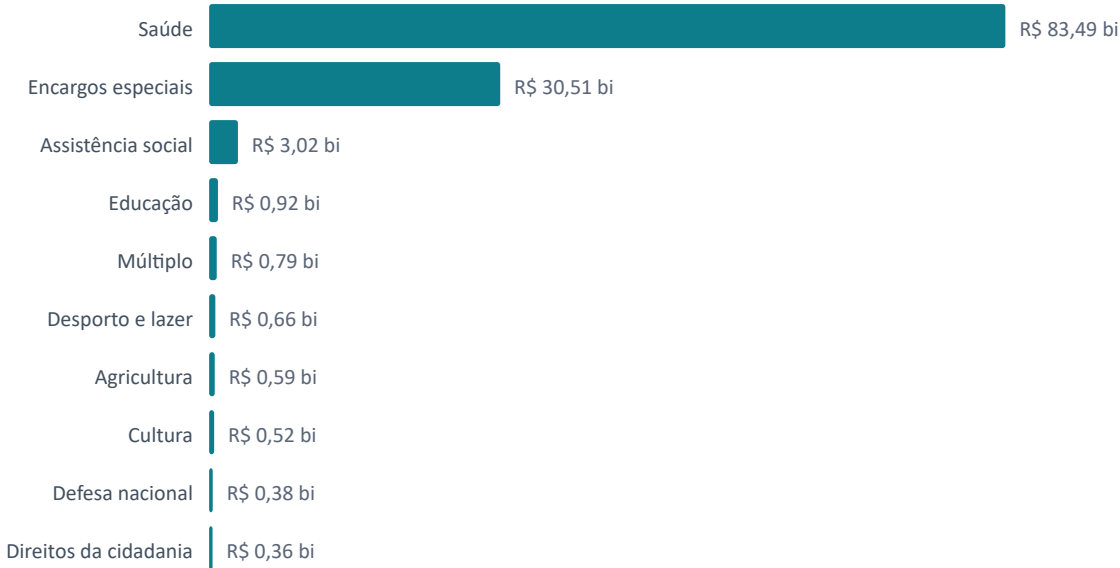
Mediana empenhada por parlamentar, emendas individuais (R\$ milhões)



Por parlamentar, a mediana salta de **R\$ 18,4 mi em 2022 para R\$ 32,1 mi em 2023** e chega a R\$ 42,4 mi em 2025. Entre 2019 e 2022 ela ficou colada no teto anual fixado na LDO de cada ano — foi assim que este projeto validou o casamento de autoria. **A causa do salto a partir de 2023 não foi verificada aqui** e está registrada como pergunta em aberto.

Para onde o dinheiro vai

Valor pago por função de governo

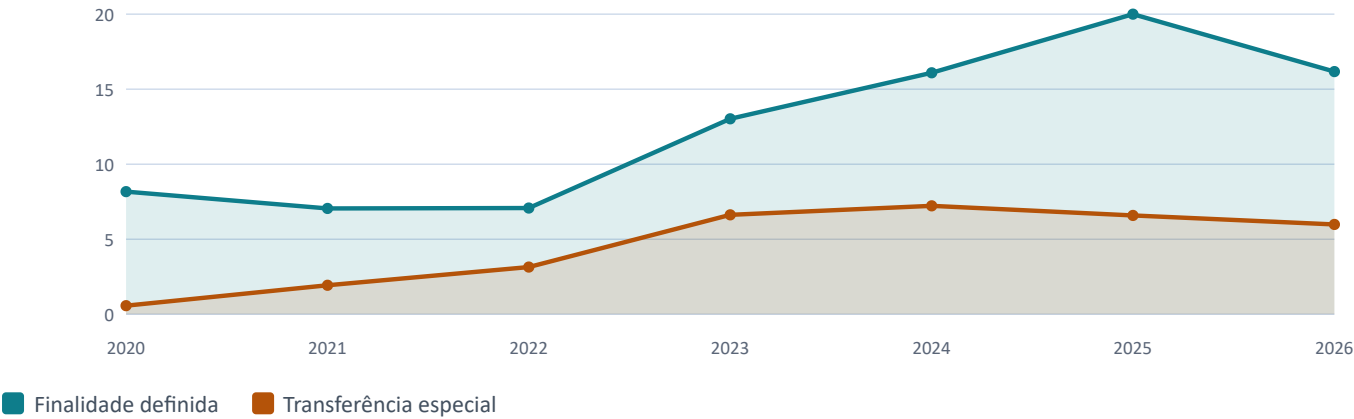


Saúde recebe **R\$ 83,5 bilhões** — 69% de tudo o que foi pago nas doze maiores funções, com autor identificado. Nenhuma outra chega perto: "encargos especiais", a segunda, é uma rubrica contábil genérica, não uma área de política pública.

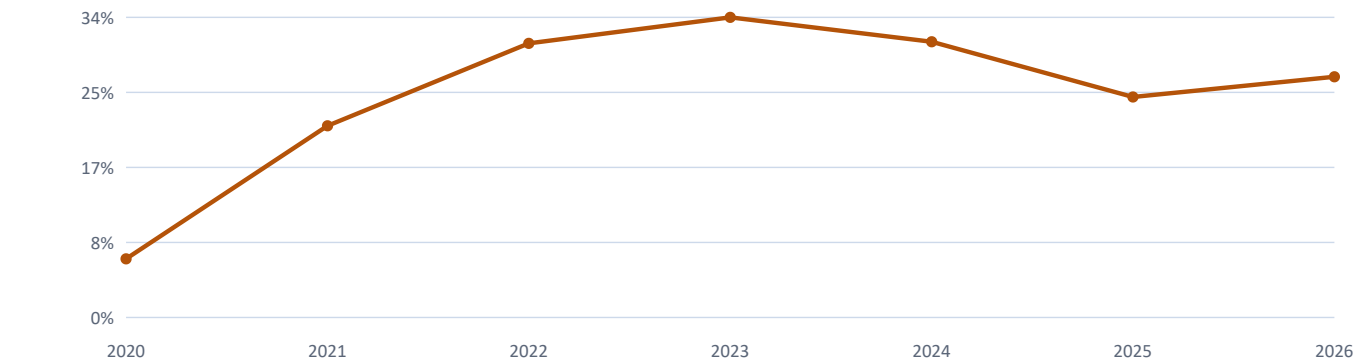
8 · A emenda que não diz para quê

Entre as emendas individuais há duas espécies muito diferentes. A **transferência com finalidade definida** indica destino e objeto: o recurso vai para uma obra, um equipamento, um programa. A **transferência especial** — conhecida como "emenda Pix" — vai direto ao caixa do ente beneficiado, sem vinculação a projeto.

Emendas individuais por espécie, em R\$ bilhões



Fatia das emendas individuais sem finalidade definida



A transferência especial sai de **6,6% das emendas individuais em 2020 para 33,7% em 2023**, estabilizando perto de um quarto do total. Em valor, passa de R\$ 0,57 bi para R\$ 7,1 bi ao ano.

O que isso significa, em termos estritamente descritivos: uma fatia crescente do orçamento movido por parlamentares **não registra finalidade na origem**. O rastreo do uso passa a depender da prestação de contas do município ou estado que recebeu, e não do dado federal.

E há o que a fonte não atribui a ninguém

73.875	15.962	4.645
linhas com autor individual	sem autor publicado	bancada, comissão ou relator

17% dos registros — R\$ 18,54 bi pagos — são publicados pelo Portal sem autor. Não é lacuna deste levantamento: é orçamento cuja autoria a fonte oficial não revela. Qualquer soma "por parlamentar" no Brasil, inclusive esta, exclui esse bloco por impossibilidade.

9 · O Senado, que esta eleição renova em dois terços

Nesta eleição o voto para senador é duplo. São 54 das 81 cadeiras em disputa — dois terços da Casa, duas por estado. Em 2022, para efeito de comparação, foram 27: uma por estado. O número de vagas é publicado pelo próprio TSE, não é estimativa nossa.

318 candidaturas disputam essas 54 cadeiras — **5,9 por vaga**. A disputa mais concorrida do país está no PI com 20 nomes para duas cadeiras.

O Senado é o cargo menos diverso e o mais velho

CARGO	CANDIDATURAS	MULHERES	PRETOS E PARDOS	IDADE MÉDIA	PATRIMÔNIO MEDIANO	ESTREANTES
Senador	318	22,0%	36,5%	56,7	R\$ 1.083.915	26,2%
1º Suplente	335	29,6%	40,3%	54,6	R\$ 680.477	62,3%
2º Suplente	337	31,2%	51,9%	54,6	R\$ 410.232	70,2%
Deputado Federal	7.756	36,7%	46,9%	50,0	R\$ 399.200	57,1%
Deputado Estadual	11.254	34,7%	49,8%	50,3	R\$ 380.000	60,9%

O Senado tem **22,0% de mulheres** contra 36,7% na Câmara, e 36,5% de pessoas pretas ou pardas contra 46,9%. A explicação mais direta é que **a cota de 30% por gênero não alcança cargo majoritário** — ela vale para as listas proporcionais. Onde não há cota, a proporção cai.

O patrimônio mediano de quem disputa o Senado é **2,7 vezes** o de quem disputa a Câmara.

E há 672 candidaturas em que ninguém vota

Cada chapa ao Senado leva um titular e **dois suplentes**. O eleitor digita o número do titular; os suplentes vão junto, sem aparecer na urna. Se a cadeira vagar — por renúncia, morte, cassação ou por o titular virar ministro — é o suplente que assume, com mandato completo.

O contraste está na linha de estreantes da tabela acima. O Senado é o campo mais experiente da eleição: só 26,2% nunca concorreram a nada antes, contra 57,1% na Câmara. Entre os suplentes a proporção inverte — **62,3% e 70,2%** são estreantes. Quem pode herdar uma cadeira no Senado é, em regra, quem nunca disputou uma eleição.

Nada disso é irregularidade: é o desenho constitucional da suplência. Está aqui porque é a informação menos visível de toda a eleição — não há propaganda, debate nem pesquisa sobre suplente, e ele entra no mesmo voto.

Onde estão os 81 senadores de hoje

32

disputam a reeleição

10

concorrem a governador

29

não concorrem a nada

Os 10 que disputam governo do estado concorrem cada um **no próprio estado**. Outros 5 tentam uma cadeira de deputado, federal ou estadual, e 1 concorre à Presidência.

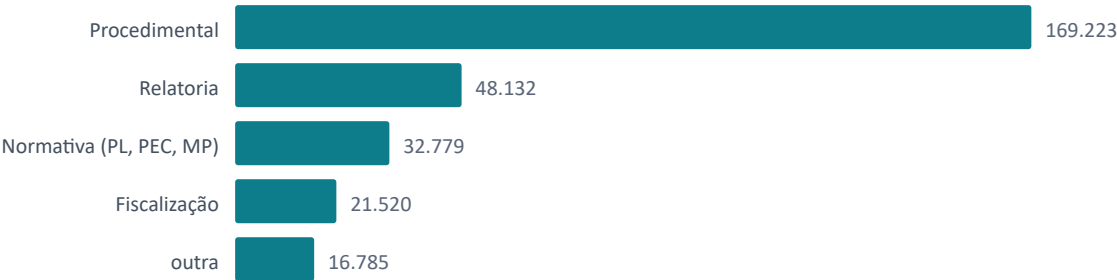
E 4 senadores em exercício concorrem a suplente de outra pessoa, todos no próprio estado: **Daniella Ribeiro (PB) · Dra. Eudócia (AL) · Jader Barbalho (PA) · Nelsinho Trad (MS)**. Parece erro de identidade e não é — os nomes estão aqui

justamente para que se possa conferir.

10 · O que os parlamentares em exercício produzem

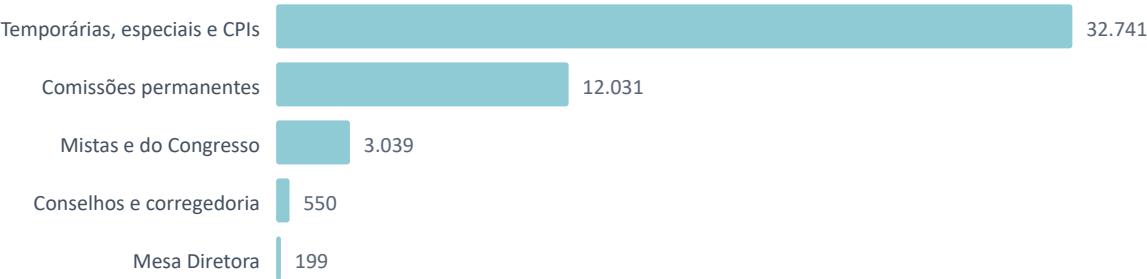
Este bloco só existe para quem já tem mandato e pôde ser ligado ao cadastro eleitoral: **878 candidaturas de 2026** na Câmara e **52** no Senado. Para as demais, o campo não é vazio — é inaplicável.

Proposições apresentadas como proponente, desde 2023



Estas classes não podem ser somadas. Um requerimento de homenagem e uma proposta de emenda constitucional não são unidades da mesma grandeza, e o total que circula na imprensa — "o deputado apresentou N proposições" — junta as duas. É por isso que o número aparece separado por natureza, e nunca agregado.

Assentos em colegiados da Câmara, por natureza



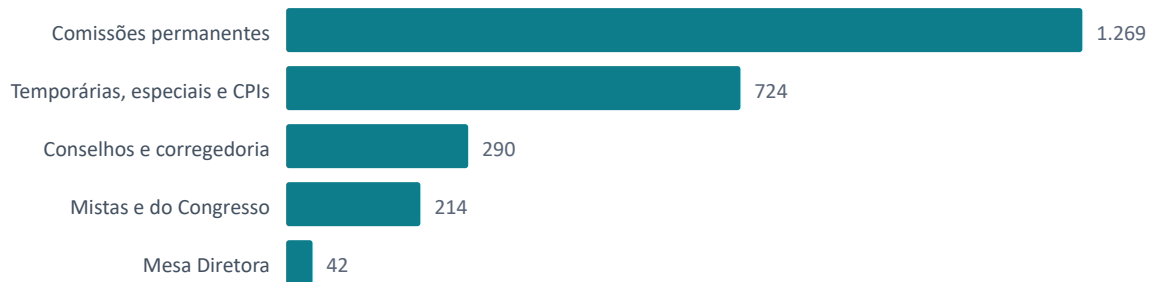
Comissão permanente é onde o trabalho legislativo acontece de fato — e onde a maior parte dos assentos está. A contagem é por colegiado, não por designação: a Câmara renova a composição a cada ano, e um deputado de três mandatos acumula dezenas de designações para a mesma comissão.

Comissão de medida provisória fica de fora: são 1.393 no catálogo, e participar delas é rotina — quarenta linhas "Comissão da MPV 936" afogariam as que importam.

A tabela de tipos da API também declara **partido, bloco e liderança** como espécies de "órgão". O pipeline os classifica e os mantém fora deste bloco por precaução — estar num partido não é ter assento numa comissão. Registre-se, porém, que **nenhum apareceu** entre os 79.138 vínculos coletados: a salvaguarda existe e não precisou agir.

O Senado, e por que ele exige duas ressalvas que a Câmara não exige

Assentos em colegiados do Senado, por natureza



A identidade aqui é inferida. O Senado não publica CPF de parlamentar. A ligação entre um senador e a pessoa que se candidata é feita por nome e data de nascimento — forte, não certa. O dado aparece na ficha **com essa ressalva escrita ao lado**, que é diferente tanto de omiti-lo quanto de afirmá-lo com a mesma confiança do bloco da Câmara.

Quem comandou vem de outra consulta, e por pouco não veio. A lista de comissões do Senado devolve 4.708 vínculos de Titular, 2.516 de Suplente e 2 de membro nato — e **nenhuma presidência**. Este relatório chegou a registrar isso como limitação da fonte.

Estava errado. A presidência existe em **outra rota da mesma API**, que devolve também vice, relatoria, secretaria e os colegiados que a primeira não conhece — a **Mesa Diretora do Congresso** entre eles. São 804 cargos de comando, e é assim que a ficha passa a dizer que Davi Alcolumbre preside o Senado em vez de mostrá-lo apenas no Conselho de Ética.

Fica o método, que vale para qualquer trabalho com dado público: **medir a ausência numa rota não prova a ausência na fonte**.

O papel de agora não é o de sempre. Um senador que presidiu a Comissão de Direitos Humanos em 2015 e segue titular dela hoje tem os dois fatos. Tratados como um só, a comissão apareceria com **cinco presidentes simultâneos** — foi o que a primeira versão deste levantamento produziu, e o que a conferência pegou. A tabela mostra o papel **vigente** ao lado de "em curso", e guarda o de maior peso para a linha histórica.

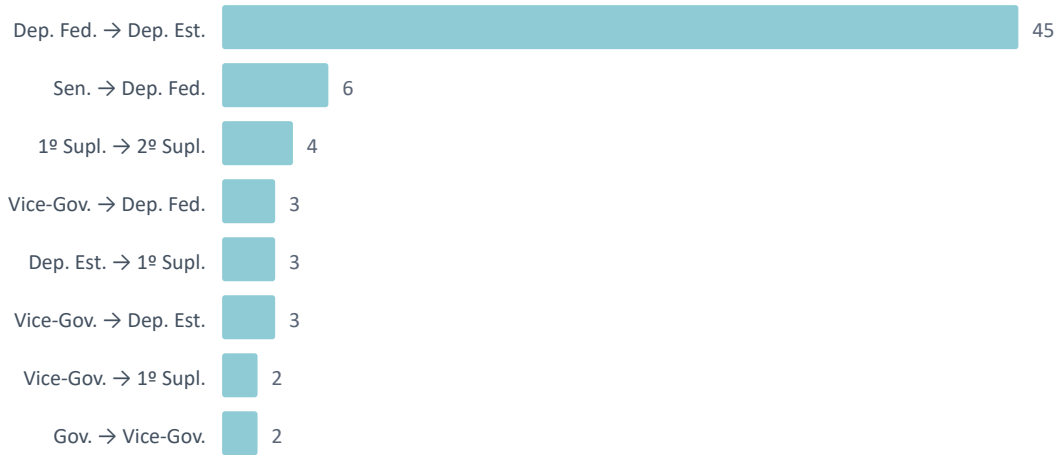
De onde veio a natureza de cada colegiado. O catálogo do Senado só lista o que está em atividade, e 292 colegiados citados pelos senadores estavam fora dele — entre eles a CPMI do INSS e a CPI da Pandemia. Como não há rota que devolva o tipo de um colegiado encerrado, ele foi lido da forma oficial do nome **escrita por extenso**, nunca da sigla. Dos assentos exibidos, 1.594 vieram do catálogo e 945 do nome. Os 215 vínculos que nem assim deram para determinar **ficaram de fora**, em vez de virar palpite.

Os dois blocos **não se comparam**. Deputado e senador não ocupam os mesmos colegiados nem no mesmo volume, e são 513 de um lado contra 81 do outro. Nada aqui os soma nem os põe em placar.

11 · 74 trocas de cargo

74 pessoas aparecem em **duas candidaturas** no pacote de 2026. Como a lei permite uma candidatura por pessoa por eleição, isso parece contradição — e não é.

Combinações de cargo na mesma pessoa



0

com as duas deferidas

27

com uma deferida

68

registros em renúncia

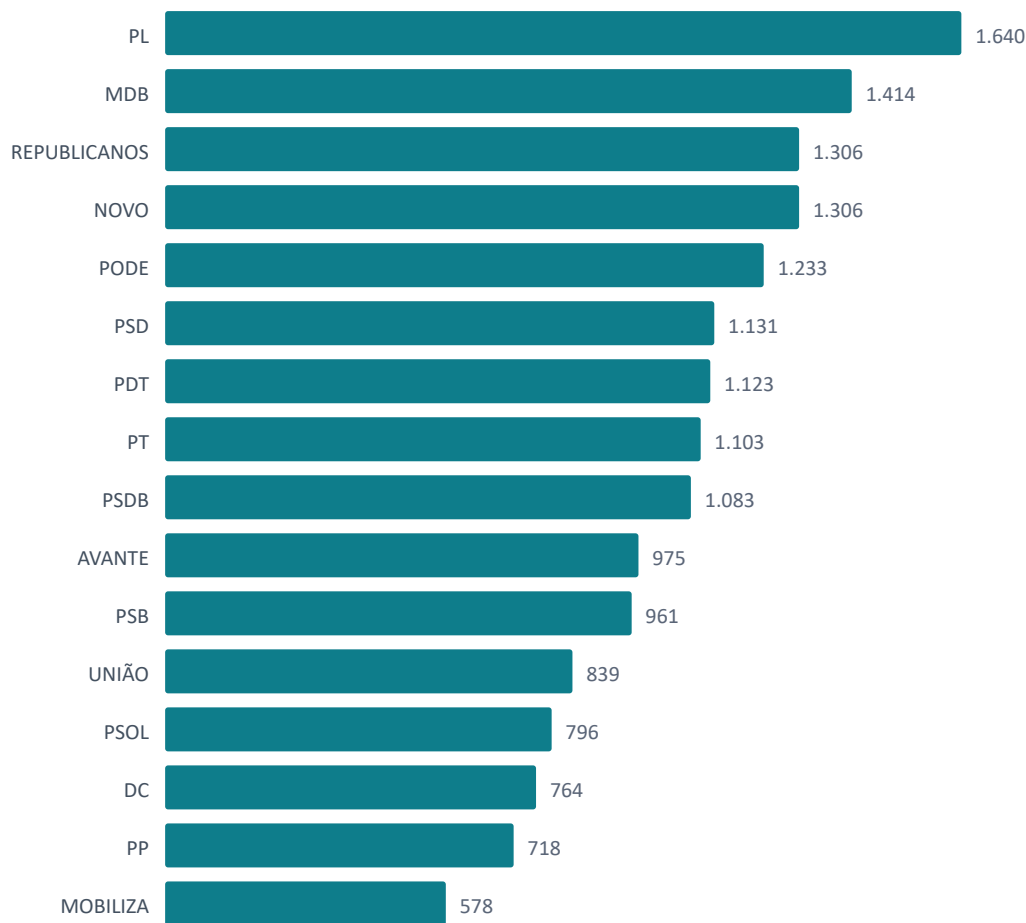
Nenhuma das 74 pessoas tem duas candidaturas deferidas. O padrão é sempre o mesmo: um registro em renúncia ou aguardando julgamento, e outro válido. São pessoas que **trocam de cargo durante o período de registro**, e o TSE mantém os dois registros publicados.

O caminho mais comum é entre as duas casas legislativas: 45 pessoas entre dep. fed. e dep. est.. Mas há movimentos de maior peso — 6 de Senado para Câmara, e trocas entre titular e vice na mesma chapa majoritária.

Este achado é também um controle de qualidade do próprio levantamento: se houvesse alguma pessoa com duas candidaturas **deferidas**, seria sinal de erro na ligação de identidade entre registros. Não há nenhuma.

12 · Partidos e federações

Candidaturas por partido



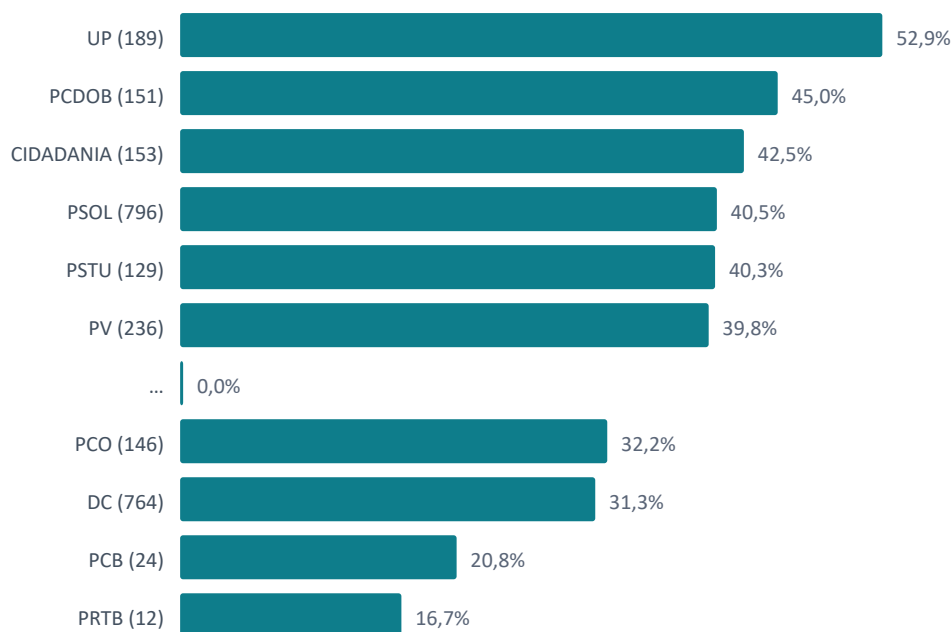
Nenhum partido concentra mais de 8% das candidaturas. O PL lidera com 1.640, seguido de MDB e — o dado que mais destoa do senso comum — **REPUBLICANOS, com 1.306 candidaturas**, terceira maior lista do país.

Candidaturas por federação partidária



5 federações concentram 6.456 candidaturas — quase um terço do total. A federação obriga os partidos a atuarem como um bloco por quatro anos, e a maior delas, UNIÃO/PP, sozinha supera qualquer partido isolado.

% de mulheres nas listas: os seis maiores e os quatro menores



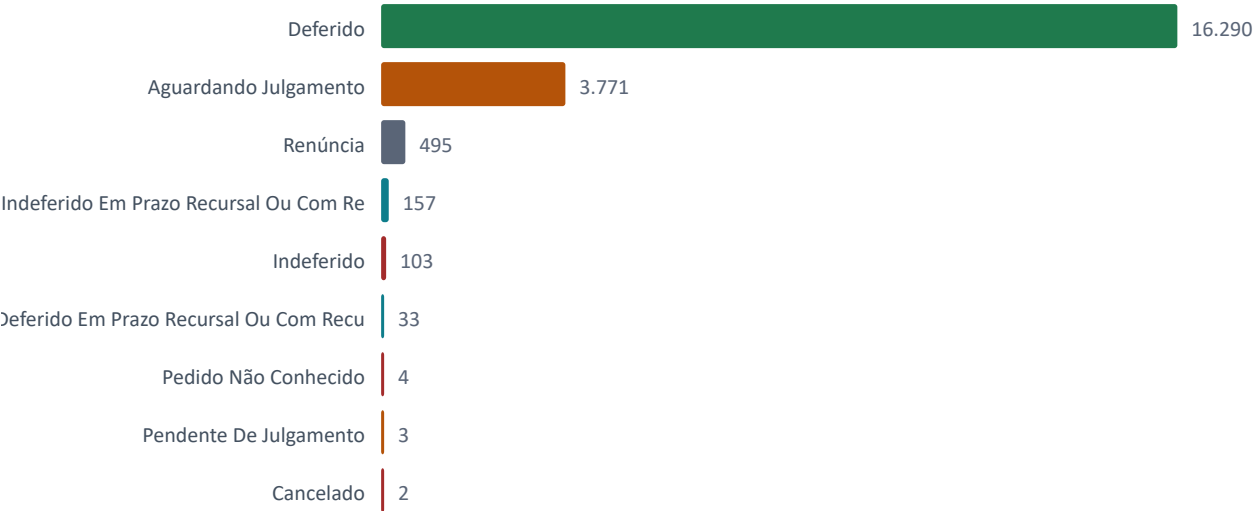
O número entre parênteses é o tamanho da lista, e ele explica os extremos: as maiores proporções estão em legendas pequenas, onde poucos nomes movem muito o percentual.

Um partido supera a paridade: a UP, com 52,9% de mulheres em 189 candidaturas — a única lista do país com maioria feminina. PCdoB (45,0%), Cidadania (42,5%), PSOL (40,5%) e PSTU (40,3%) vêm em seguida. Entre os dez maiores partidos, a faixa é estreita: de 32,5% a 37,1%.

Duas legendas ficam abaixo do mínimo legal de 30% no agregado nacional: PCB (20,8%, 24 candidaturas) e PRTB (16,7%, 12). A ressalva importa: a Lei 9.504/97 exige o mínimo **por unidade eleitoral**, não no total do país. Com listas dessa dimensão, o agregado nacional é indicativo e não prova descumprimento — verificar exigiria olhar estado por estado.

13 · Situação do registro

Situação no TSE



Três em cada quatro registros estão deferidos e 21% ainda aguardam julgamento — o calendário de registro não terminou. As 470 renúncias incluem as trocas de cargo da seção anterior.

14 · Método, limites e o que não está aqui

Média ou mediana: por que este relatório mostra as duas

A **média** soma tudo e divide pelo número de casos. É a medida que a maior parte das pessoas conhece, e é a certa quando se quer saber o total ou quando os valores se distribuem de forma simétrica.

A **mediana** é o valor do meio: metade do grupo está abaixo, metade acima. Ela não muda quando um valor extremo fica mais extremo.

Nos dados de 2026 as duas concordam em alguns lugares e discordam muito em outros — e onde discordam, a discordância diz algo:

VARIÁVEL	MÉDIA ÷ MEDIANA	% ACIMA DA MÉDIA	O QUE ISSO SIGNIFICA
Idade (dep. federal)	1,0×	≈50%	Distribuição simétrica — a média serve
Emendas por parlamentar	1,1×	24%	Teto legal comprime a cauda — a média quase serve
Receita de campanha (senador)	1,4×	45%	Teto de gastos limita o topo
Receita de campanha (dep. federal)	4,0×	27%	Poucas campanhas muito grandes
Patrimônio (governador)	9,0×	9,3%	A média descreve 9% do grupo
Patrimônio (presidente)	12,0×	25%	Doze candidatos, dois deles com centenas de milhões

A regra que este relatório segue. Onde a razão entre média e mediana é próxima de 1, as duas contam a mesma história e a média é suficiente. Onde a razão passa de 2, a média deixa de descrever o caso típico — e a coluna "% acima da média" mostra isso sem exigir estatística de quem lê: se só 9% do grupo alcança a média, ela não é o retrato do grupo.

Por isso nenhum número monetário aparece sozinho aqui. Onde há dinheiro, há as duas medidas e a fração acima da média — e a leitura fica com quem lê, não com quem escolhe a métrica.

Cinco limites que mudam a leitura

1. **Patrimônio declarado não é riqueza.** O TSE pede valor de aquisição, não de mercado; um imóvel de 2005 entra pelo preço de 2005. Comparar declarações de anos diferentes mede compra e venda tanto quanto valorização.
2. **Prestação de contas parcial não é omissão.** Quatro em cada dez candidaturas ainda não constam porque o prazo não fechou.
3. **17% das emendas não têm autor publicado.** Toda soma por parlamentar exclui R\$ 18,54 bi por impossibilidade, não por escolha.
4. **Emenda é indicação de destino, não obra entregue.** Quem executa é o órgão que recebe, e a execução não está neste dado.
5. **Média e mediana discordam onde há dinheiro.** Uma única declaração de R\$ 1,2 bilhão desloca a média do cargo em 10,4%. Os dois números aparecem lado a lado, com a fração de candidatos acima da média.

O que este levantamento deliberadamente não faz

Não ordena candidatos por patrimônio, por dinheiro de campanha ou por volume de emendas. Ordenar político por dinheiro é placar, e placar é a forma mais rápida de transformar registro público em juízo. Onde um nome aparece neste documento, ele aparece porque um número específico exigia explicação — e a explicação vem junto, com o que a fonte sustenta e o que ela não sustenta.

As fontes de cada número estão detalhadas na seção seguinte.

15 · O que as fontes oficiais não entregam

Esta seção existe porque quase nenhum trabalho sobre dados eleitorais a publica. Ela lista o que as fontes **não** fornecem, o que fornecem de forma inconsistente, e o que fornecem de um jeito que induz ao erro se lido literalmente. Cada item foi encontrado construindo este levantamento, e cada um está registrado no repositório com data e medição.

Nenhum deles é acusação de má-fé. São limites de sistemas públicos grandes, construídos ao longo de décadas, por equipes diferentes e com finalidades que não incluíam análise agregada.

Dados que simplesmente não existem

O QUE FALTA	TAMANHO	CONSEQUÊNCIA
Desfecho da eleição no cadastro de candidaturas TSE · 1998 a 2022	13.624 de 159.153	O campo vem vazio. Tratar vazio como "não eleito" é afirmação falsa — e este projeto já cometeu esse erro, publicado, numa ficha que dizia "2006 · Presidente · Não eleito" sobre alguém que foi eleito com 58,3 milhões de votos
Resultado da eleição presidencial de 2006 TSE	7 de 8 candidaturas	Nenhum candidato daquele pleito tem desfecho publicado. O resultado exibido é derivado de dois outros conjuntos oficiais do próprio TSE — votação por turno e vagas em disputa — e a tela marca que foi derivado
Bens declarados antes de 2006 TSE	2 eleições 1998 e 2002	A série patrimonial começa em 2006. Comparações de trajetória param ali
Motivo do fim de mandato TSE	11.771 de 11.778	"Não informado" em 99,9% dos casos. Renúncia, cassação e morte no exercício não aparecem — por isso a ficha mostra o período do cargo , e não o da pessoa
Autor da emenda parlamentar Portal da Transparência	15.962 R\$ 18,54 bi pagos	17% dos registros vêm com "Sem informação". Toda soma por parlamentar no Brasil exclui esse bloco por impossibilidade
Situação da proposição Câmara dos Deputados	402.548 de 830.114	Quase metade sem situação publicada. Por isso a ficha conta o que foi apresentado , e não o que foi aprovado
CPF de senador Senado Federal	81 de 81	A Casa não publica. A ligação com o cadastro eleitoral passa a ser por nome e data de nascimento — forte, não certa. A ficha de senador traz o dado com a ressalva escrita ao lado , e não sem ela
Presidência de comissão do Senado, ausente na rota óbvia Senado Federal	0 de 7.226 vínculos	A lista de comissões de um senador devolve Titular, Suplente e Nato, e nada mais — nem a Mesa Diretora. O dado existe , em outra rota da mesma API. É a incongruência mais instrutiva desta lista: medir a ausência num endpoint não prova a ausência na fonte, e este relatório chegou a publicar a conclusão errada

Dados que existem, mas induzem ao erro se lidos literalmente

A ARMADILHA	O QUE ACONTECE
O arquivo de bens de 2006 publica valores zerados TSE	6.692 das 19.251 declarações daquele ano somam exatamente zero — 34,8%, contra 0,05% em todos os outros anos. Sem tratar, a ficha poria "R\$ 0 em 2006" ao lado de "R\$ 500 mil em 2026" e desenharia uma queda a pico que nunca houve
O endereço do arquivo de emendas ignora o ano Portal da Transparência	Pedir 2014 e pedir 2026 devolve o mesmo arquivo , byte a byte. Treze downloads, um único sha256. Uma carga ingênua somaria 1.228.019 linhas que são treze cópias de 94.482 — e nada falharia: toda soma por autor sairia multiplicada por treze
Um endpoint devolve quase nada sem parâmetro de data Câmara dos Deputados	A consulta de órgãos de um deputado, sem janela explícita, devolve um único vínculo para quem presidiu a Casa. Com a janela: 41
O catálogo de órgãos não tem os órgãos que mais importam Câmara dos Deputados	A listagem padrão traz 1.649 órgãos e omite a Mesa Diretora, a Presidência e o Conselho de Ética . Resolver o que faltava elevou os vínculos corretamente classificados de 545 para 1.060 numa amostra de 25 deputados
A paginação corta justamente quem mais trabalhou Câmara dos Deputados	Sem paginar, o corte cai sobre os veteranos: um deputado perdia 42 de 242 vínculos, outro 24 de 224. O efeito é uma ficha mais pobre para quem tem mais história , sem nada indicando isso
O nome do tipo de órgão não corresponde ao conteúdo Câmara dos Deputados	O tipo 15 chama-se oficialmente "COORDENADORIA DA MULHER" e agrupa treze órgãos — entre eles a Bancada Negra e a Secretaria de Comunicação. Renderizar o rótulo como veio diria que a Bancada Negra é a Coordenadoria da Mulher
O catálogo de colegiados só lista o que está em atividade Senado Federal	413 colegiados citados pelos próprios senadores não constam do catálogo — 1.483 vínculos, 21% do total. E o que fica de fora é justamente o de maior peso público: CPMI do INSS (173 vínculos), Comissão Representativa do Congresso (110), CPI do Crime Organizado, CPMI das Fake News, do 8 de Janeiro, CPI da Pandemia. É o mesmo padrão da Câmara, onde faltavam a Mesa e o Conselho de Ética
Não há rota que devolva o colegiado encerrado Senado Federal	A consulta de um colegiado por código responde vazio , e os parâmetros de "inativos" da listagem são ignorados: a resposta volta byte a byte idêntica à dos ativos. Não é erro visível — é uma resposta bem-sucedida que não contém o que foi pedido
O mesmo colegiado escrito de duas	A fonte grava ora "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News", ora "CPI da Pandemia". Quem só reconhece a forma extensa perde a segunda; quem procura a sigla solta cai na armadilha da linha abaixo

formas

Senado Federal

Sigla que parece uma coisa e é outra

Senado Federal

RQI sugere "Requerimento de Informação" e é "Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura". Classificar pelo formato da sigla, e não pela tabela oficial, produz categorias erradas que nenhum teste pega

Datas de nascimento com erro de digitação

TSE

Há registros com data implausível na fonte. O projeto invalida a idade em vez de exibi-la: **3 candidaturas** de 2026 ficam sem idade, e é melhor assim que publicar um número impossível

Candidaturas somem entre publicações

TSE

O portal publica apenas o **estado atual**, sem histórico. Uma candidatura que desaparece de um dia para o outro não deixa rastro na fonte — é irreproduzível depois. Por isso este projeto tira uma foto diária, e é só por causa dela que se sabe que houve **10.532 alterações** em 9.828 candidaturas

A mesma pessoa aparece com duas identidades

TSE

A chave que liga uma candidatura à outra é o **CPF** quando o ano o publica, e o nome mais a data de nascimento quando não publica. O CPF cobre 100% de 2006, 2010 e 2026 — mas **96,9% de 1998**. Quem tem candidatura dos dois lados dessa fronteira fica com **duas identidades**, e contá-las como pessoas diferentes faz o cadastro parecer ter homônimos que não tem: de 131.569 combinações de nome e nascimento, 326 respondem por mais de uma identidade — e **210 delas são essa fronteira**, contra 116 de homonímia real. É a armadilha menos visível desta lista, e a que mais atrapalha quem cruza anos

O nome de urna muda depois do registro

TSE

145 candidaturas tiveram o nome de urna alterado depois de publicadas — quase todas correções de grafia ("NEUMARA" para "NEMAURA", "CAPITÃO RODOLDO" para "CAPITÃO RODOLFO"). Quem guardou o nome antigo passa a mostrar a grafia que a própria pessoa pediu para corrigir, e o portal não avisa que mudou

O firewall recusa requisição bem-formada

TSE

Requisições sem o conjunto completo de cabeçalhos de navegador são bloqueadas, e a resposta não parece um bloqueio

O que este projeto faz com isso

Nenhum dos itens acima é contornado por estimativa, interpolação ou média. A regra é: **onde o dado não existe, a tela diz que não existe** — nunca preenche. Cada lacuna tem registro próprio no repositório, com a medição, a data, o impacto e o que seria preciso para fechá-la.

Por que publicar a própria lista de limitações. Um levantamento que só mostra o que encontrou transfere ao leitor um risco que ele não tem como avaliar: o de tomar por completo um retrato que não é. A lista acima é o que permite a quem lê discordar deste documento com base — e discordar com base é o que distingue dado público de número solto.

São **31 lacunas** registradas até aqui, das quais 9 já foram fechadas por trabalho posterior — e as duas mais recentes fecharam porque a *premissa* da lacuna estava errada, não porque a fonte melhorou. A lista viva está em github.com/girocoju/dossie-eleitoral, no arquivo `docs/LACUNAS.md`.

16 · Fontes

Todo número deste relatório vem de fonte pública, sem intermediário. Abaixo, a origem exata de cada bloco e o endereço para refazer a conta.

Fontes primárias

FONTE	O QUE FORNECE	ENDEREÇO
TSE — Dados Abertos Divulgação de Candidaturas	Perfil declarado, legenda, situação do registro, bens de candidato, prestação de contas, votação histórica desde 1998	dadosabertos.tse.jus.br
TSE — DivulgaCandContas	Usado para conferência independente : mesmo dado, outro sistema, outro formato. É contra ele que os valores de patrimônio foram validados ao centavo	divulgacandcontas.tse.jus.br
Portal da Transparência (CGU)	Emendas parlamentares: 94.482 registros de 2014 a 2026, com empenho, liquidação e pagamento acumulados	portaldatransparencia.gov.br/download-de-dados/emendas-parlamentares
Câmara dos Deputados Dados Abertos	Proposições por proponente, votos e presença em plenário, comissões e órgãos, identificação por CPF	dadosabertos.camara.leg.br
Senado Federal Dados Abertos	Autoria de proposições, com separação entre autor principal e coautor; e assentos em colegiado — comissões permanentes, temporárias, CPIs, conselhos e comissões mistas do Congresso	legis.senado.leg.br/dadosabertos
IBGE · Ipeadata · Tesouro (SICONFI/RTN) · INEP	Indicadores socioeconômicos usados no site para o período de mandatos executivos anteriores. Não entram neste relatório	sidra.ibge.gov.br · ipeadata.gov.br · siconfi.tesouro.gov.br · inep.gov.br

Onde ver e conferir

O dossiê publicado	Ficha própria para cada candidatura a cargo disputado — 20.186 na data desta extração —, com fonte e data em toda tela. Suplente de senador (672 candidaturas) entra nas contagens deste relatório e não tem ficha: quem concorre a suplente não disputa cargo próprio	datadubaintel.com/dossie-eleitoral
Metodologia e limites	O que cada número mede, o que ele não mede, e as ressalvas por indicador	datadubaintel.com/dossie-eleitoral/metodologia
Código-fonte	Ingestão, transformação e geração do site. Inclui as decisões de arquitetura (ADR), as lacunas conhecidas e o registro de validação contra fonte oficial	github.com/girocoju/dossie-eleitoral

Como este relatório foi produzido

Os dados vivem em BigQuery, carregados por rotinas de ingestão versionadas e transformados em *marts* com testes automáticos de integridade. As consultas que geraram cada gráfico deste documento leem esses *marts* — os mesmos que alimentam o site público, sem caminho paralelo.

Os gráficos são SVG gerados a partir dos resultados, sem biblioteca de visualização: a mesma disciplina do site, onde o HTML é escrito diretamente.

Este documento se refaz por comando. A coleta (`scripts/dados_relatorio.py`) e a formatação (`scripts/gerar_relatorio.py`) estão no repositório, versionadas junto com o resto. Rodar as duas reconstrói o PDF inteiro a partir das fontes — nenhum número aqui foi digitado à mão, e nenhum pode envelhecer sem que a regeneração o corrija.

Reprodutibilidade. Cada afirmação numérica aqui pode ser refeita a partir das fontes primárias listadas acima. Onde um número deste relatório divergir do que você obtiver, a fonte primária prevalece — e o erro é nosso.

Registro de validação

O repositório mantém um documento de conferência contra fonte oficial. As validações que sustentam este relatório:

- **Patrimônio 2026:** 7 de 7 declarações conferidas contra o DivulgaCandContas, ao centavo.
- **Patrimônio 2022:** 5 de 5, incluindo uma com 180 itens.
- **Emendas:** soma independente do CSV, fora do banco — 68.366 linhas, R\$ 97,345 bi pagos e R\$ 149,082 bi empenhados, exatos.
- **Emendas, plausibilidade:** mediana por parlamentar entre 2019 e 2022 colada no teto anual da LDO de cada ano.
- **Comissões na Câmara:** 8 de 8 colegiados com composição idêntica à listada pela rota inversa da API — entre eles a CCJC (130 = 130).
- **Comissões no Senado:** contra o **Regimento Interno**, que fixa o número de cadeiras de cada comissão permanente. A CCJ bate exatamente (27 titulares para 27 previstos) e nenhuma das cinco maiores ultrapassa o teto regimental — cadeira vaga existe, cadeira inventada não. A API do Senado não tem rota inversa, e a página pública carrega a composição por JavaScript.
- **Parlamentares em exercício:** 513 na Câmara, 513 no pipeline, zero divergência.